



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO · SECRETARIA DE SAÚDE  
LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A – LAFEPE  
CNPJ Nº 10.877.926/0001-13 · email: lafepe@lafepe.pe.gov.br



Governo de Pernambuco

Senhores Acionistas:

De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de Dezembro de 2014, permanecendo à disposição

BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS) EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2014 E 2013				
ATIVO	Nota	2014	2013	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>334.339.388</b>	<b>490.677.550</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.026.682	36.426.989	
Contas a receber		611.548.283	930.537.206	
(-) Adiantamento de clientes		(356.257.473)	(500.862.404)	
(-) Convênios/clientes a entregar		(2.646.200)	(2.695.521)	
<b>Valor líquido a receber</b>	<b>5</b>	<b>252.644.610</b>	<b>426.979.281</b>	
Outros créditos	6	9.532.806	6.550.761	
Estoques	7	26.601.465	19.450.633	
Tributos e contribuições a recuperar	8	1.164.143	877.829	
Outros		369.682	392.057	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>49.439.979</b>	<b>42.313.075</b>	
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>3.089.098</b>	<b>2.950.822</b>	
Depósitos judiciais	9	3.089,098	2.950.822	
Faturamento antecipado a receber	10	1.983,269	1.983,269	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.983,269)	(1.983,269)	
<b>Investimentos</b>		<b>114.137</b>	<b>114.137</b>	
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>11</b>	<b>46.220.452</b>	<b>39.231.762</b>	
<b>Intangível</b>		<b>16.292</b>	<b>16.354</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO PASSIVO</b>		<b>383.779.368</b>	<b>532.990.627</b>	
	Nota	2014	2013	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>239.619.563</b>	<b>403.137.076</b>	
Fornecedores	12	56.190.119	203.671.215	
Obrigações Sociais e Tributárias	13	4.721.611	9.324.951	
Estoques de terceiros em nosso poder		1.357.630	1.110.574	
Provisão para IRPJ e CSLL	14	0	363.145	
Dividendos a Pagar	15	7.147.206	6.516.130	
Provisão para férias e encargos		1.883.168	1.069.170	
Credores para Devolução		806.453	809.853	
Outras		950.521	1.942.789	
Adiantamentos de Clientes		186.562.855	178.329.249	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>15.717.514</b>	<b>15.482.761</b>	
Obrigações Sociais e Tributárias	13	8.421.761	9.511.189	
Subvenções para investimentos		4.416.266	4.907.368	
Processos Cíveis e Trabalhistas	16	2.879.487	1.064.204	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>17</b>	<b>128.442.290</b>	<b>114.370.790</b>	
Capital Social Integralizado		56.936.155	56.936.155	
Reservas de Capital		15.384.444	15.384.444	
Reserva de Reavaliação		2.659.327	2.720.208	
Reservas de Lucros		53.462.364	39.329.983	
<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>		<b>383.779.368</b>	<b>532.990.627</b>	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PERÍODO: 01.01.2014 A 31.12.2014 E 2013				
	Nota	2014	2013	
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>18</b>	<b>314.123.517</b>	<b>464.383.668</b>	
(-) Custo das vendas	19	(274.509.666)	(412.446.554)	
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>39.613.851</b>	<b>51.937.114</b>	
<b>(-) Despesas/Receitas Operacionais</b>				
Despesas administrativas	20	(13.652.155)	(7.560.727)	
Despesas comerciais	21	(10.528.581)	(9.643.906)	
Perdas Estimadas de Crédito de Liquid. Duvidosa		(1.781.198)	(2.756.895)	
Outras receitas		1.942.452	1.831.235	
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>15.594.370</b>	<b>33.806.821</b>	
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>				
Despesas Financeiras		(2.002.746)	(901.473)	
Receitas Financeiras		9.522.720	4.934.530	
	22	7.519.974	4.033.057	
<b>LUCRO ANTES DO IRPJ E CSLL</b>		<b>23.114.343</b>	<b>37.839.878</b>	
Imposto de renda		(7.355.804)	(10.861.825)	
Contribuição social sobre o Lucro Líquido		(2.656.729)	(3.918.897)	
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>13.101.810</b>	<b>23.059.156</b>	
<b>LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$</b>		<b>137</b>	<b>242</b>	
<b>QUANTIDADE DE AÇÕES - LOTE DE MIL AÇÕES</b>		<b>95.334</b>	<b>95.334</b>	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em reais) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013			
	2014	2013	
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro Líquido do exercício		13.101.810	23.059.157
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>3.875.568</b>	<b>(27.406.313)</b>
Depreciação e amortização		2.274.800	2.049.447
Ajustes de reservas de reavaliação		19.226	27.236
Provisão SIDE		(1.061.840)	(963.367)
Realização Reserva de Contingência		(451.270)	(20.553.151)
Constituição Reserva de Contingência		1.251.817	-
Ajuste de exercícios anteriores		(47.586)	(7.966.477)
Retenção de Subv. Benefício Redução 75% IRPJ 2013		1.890.422	-
<b>Lucro Líquido ajustado</b>		<b>16.977.377</b>	<b>(4.347.155)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos circulantes</b>		<b>516.821</b>	<b>(27.882.696)</b>
(Aumento) redução em contas a receber		173.613.377	(179.559.655)
(Aumento) redução de outros créditos		(2.982.045)	(3.220.178)
(Aumento) redução em estoques		(7.150.832)	21.500.351
(Aumento) redução em tributos e contribuições a recuperar		(286.313)	440.202
(Aumento) redução de outros itens		22.375	(294.742)
(Aumento) redução em depósitos judiciais		(138.275)	(215.699)
Aumento (redução) em Fornecedores		(147.481.096)	(1.884.382)
Aumento (redução) em obrigações sociais e tributárias		(4.603.340)	6.403.775
Aumento (redução) de estoques de terceiros em nosso poder		247.056	(47.452)
Aumento (redução) em provisão para IRPJ e CSLL		(363.145)	(2.114.838)
Aumento (redução) em dividendos a pagar		631.077	654.796
Aumento (redução) em provisões para férias e encargos		813.998	(106.404)
Aumento (redução) de credores para devolução		(3.401)	5.628
Aumento (redução) em outras obrigações		(992.269)	472.932
Aumento (redução) em adiantamento de clientes		(11.045.099)	132.230.535
Aumento (redução) de obrigações sociais e tributárias		(1.089.428)	(1.037.583)
Aumento (redução) de subvenção para investimentos		(491.102)	(1.539.632)
Aumento(redução) dos processos cíveis e trabalhistas		1.815.283	429.649
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais</b>		<b>17.494.198</b>	<b>(32.229.851)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		<b>(9.263.428)</b>	<b>(5.036.637)</b>
Aquisição de ativo imobilizado		(9.263.779)	(5.036.705)
Aquisição de ativo intangível		351	68
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimento</b>		<b>(9.263.428)</b>	<b>(5.036.637)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>(631.077)</b>	<b>(669.403)</b>
Dividendos e participações propostos		(631.077)	(669.403)
Participação dos Empregados		-	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos</b>		<b>(631.077)</b>	<b>(669.403)</b>
<b>Aumento das disponibilidades</b>		<b>7.599.694</b>	<b>(37.935.891)</b>
<b>Demonstração dos aumentos das disponibilidades</b>		<b>7.599.694</b>	<b>(37.935.891)</b>
Saldo no início do período		36.426.989	74.362.880
Saldo no fim do período		44.026.682	36.426.989

para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

CENÁRIO MACROECONÔMICO E POLÍTICO

Ainda em 2013, todas as análises de mercado indicavam que 2014 seria um ano extremamente complexo do ponto de vista do desenvolvimento econômico do país, Copa do Mundo do Brasil e Eleições Gerais seriam um grave entrave ao crescimento sustentável do Brasil, contudo, não imaginavam os analistas o quão duro seria o ano de 2014 especialmente para nós, pernambucanos, que assistimos perplexos ao precoce desaparecimento de um líder, do nosso líder, o ex-governador Eduardo Campos.

Todos nós que compúnhamos o governo estávamos acostumados a tê-lo no comando das ações governamentais, e quando de sua desincompatibilização, para viabilização de sua candidatura no plano nacional, o demos um até logo, sem sabermos que o estávamos dando adeus.

Isto posto, torna-se clarividente que o ano de 2014 não foi dos mais promissores sob o aspecto macroeconômico e político, contudo, em homenagem ao nosso líder, continuamos “pegados no serviço” como ele gostava de dizer e pudemos manter o LAFEPE como o mais importante laboratório público do país em termos de crescimento e rentabilidade, aliado a isso, pudemos estabelecer critérios de excelência no atendimento às demandas do Sistema Único de Saúde bem como dos nossos clientes, pernambucanos e pernambucanas que têm o LAFEPE como seu valioso patrimônio.

Foram meses intensos, decisões precisaram ser tomadas rapidamente sempre com o foco prioritário a busca da eficiência e otimização dos recursos empregados. Novos equipamentos foram adquiridos, instalados e qualificados, novos colaboradores foram convocados, após aprovação em concurso público para a recomposição da força de trabalho do laboratório, foram mais de 10 milhões de reais investidos em infraestrutura, equipamentos e modernização de plantas, isso tudo, sem que houvesse qualquer aporte de capital por parte do tesouro estadual. Mais um ano o LAFEPE conseguiu manter-se em uma situação econômico/financeira equilibrada e mais uma vez o LAFEPE encerrou o ano como maior parceiro do Ministério da Saúde no fornecimento de Antirretrovirais e Antipsicóticos.

“ORGULHO DE PERNAMBUCO” Foi o prêmio recebido pelo LAFEPE, em 10 de dezembro de 2014 , entregue pelo Diário de Pernambuco às empresas que se destacaram no cenário pernambucano, no cenário nacional e internacional, em 2014. Entre os motivos que o levaram a receber esta premiação, destacam-se:

Por ser o maior laboratório público do Brasil, (idealizado por Miguel Arraes na década de 1960),

Por encontrar-se em primeiro lugar, entre as indústrias farmacêuticas que mais crescem no país, segundo pesquisa da revista Exame; por produzir medicamentos de baixo custo, com ações voltadas para programas especiais do Ministério da Saúde e para 42 farmácias populares, espalhadas por Pernambuco, tornando-se um regulador de preços de medicamentos, praticando o menor custo do mercado, podendo ser encontrados, em suas farmácias populares produtos com preços até 1,116% menores do que os praticados pelos concorrentes.

Ainda por participar de um novo trabalho de Parceria – Desenvolvimento – Produtivo ( PDP ), junto ao Ministério da Saúde com a finalidade de transferir tecnologia de laboratórios privados nacionais e internacionais, para produção nos laboratórios do LAFEPE. Também por produzir remédios antirretrovirais (para o vírus da Aids) e Antipsicóticos e por ser o único laboratório no mundo a fabricar o BENZNIDAZOL, para combate ao Mal de Chagas. Este medicamento também é exportado para diversos países como Reino Unido, EUA, México, El Salvador, Colômbia, Paraguai, Venezuela, entre outros.

ÁREA COMERCIAL

Comercialmente o LAFEPE é o maior parceiro do Ministério da Saúde no fornecimento de medicamentos contra AIDS e doenças que afetam o sistema nervoso central, o único produtor do medicamento contra a Doença de Chagas do mundo, na dosagem pediátrica. O LAFEPE é ainda o único fornecedor do SUS de saneante para a portabilidade da

água de locais ermos além de produtor de diversos medicamentos da atenção básica de saúde, atendendo as prefeituras municipais e governos estaduais.

As Farmácias LAFEPE são instrumentos de amplitude da política de universalização do acesso a medicamentos, potencializando a ação estatal para a população carente. São reguladoras de mercado com preços de medicamentos que variam de até 1116% a menos do que o praticado em farmácias que exploram a atividade comercial vislumbrando lucro.

Todas as macrorregiões do Estado contam com uma farmácia LAFEPE, desde o Arquipélago de Fernando de Noronha até o Sertão do Araripe. São sempre localizadas em praças comerciais populares, para facilitar o acesso da população e contam com a comercialização de medicamentos produzidos pelo LAFEPE e medicamentos genéricos, adquiridos através de licitação pública para fins de regulação de mercado.

Em setembro de 2013 foi criado o Programa Nossa Farmácia LAFEPE que consiste na modernização das Farmácias LAFEPE, tanto no âmbito estrutural quanto no âmbito da gestão,primando pela efficientização nos serviços oferecidos por estes equipamentos.Visa ainda aproximar a gestão das farmácias da população, estabelecendo um canal direto entre o cidadão e a gestão comercial do LAFEPE, aprimorando os procedimentos de pós-venda ao consumidor final, que vem a ser o foco principal desta ação.

AREA INDUSTRIAL

O LAFEPE detém sua importância finalística na produção de medicamentos de baixo custo e de inquestionável qualidade. A importância da Área técnica se evidenciou nos investimentos feitos na planta fabril, em equipamentos e em utilidade

Ainda em 2007, a partir da identificação de carências evolutivas tanto sob o aspecto da modernização dos equipamentos quanto dos processos de desenvolvimento de novos produtos,a Diretoria Executiva iniciou um verdadeiro ajuste financeiro para retomada da capacidade de investimento no que realmente era importante, o Parque fabril e os processos finalísticos. Assim, foi feita uma reengenharia de contenção de gastos e desbravamentos de novos negócios.Com o êxito na política de ajuste financeiro, o LAFEPE pode finalmente retomar sua capacidade de investimento e transformar-se num dos mais modernos laboratórios públicos do país.Entre 2009 e 2014 foram mais de 34 milhões de reais investidos em infraestrutura, equipamentos e modernização de plantas. Foram construídas edificações modernas e com possibilidade de multiplicar a capacidade produtiva do LAFEPE como a nova unidade da Coordenadoria de Manutenção, Novos almoxarifados de embalagem e produto acabado, além do almoxarifado que está atualmente em finalização para a substituição de galpão alugado em Paratibe, Dentre as construções destacam-se as novas plantas de Pesquisa e Desenvolvimento e de uma Fábrica Multiuso ambas provenientes de articulação com o Ministério da Saúde através de convênios específicos. Os dois convênios foram prestados contas ao órgão concedente de forma conclusiva, e as duas unidades já estão totalmente aptas ao início das operações.

Com as inovações legislativas anitárias expedidas pela Anvisa o sistema de geração e purificação de água do LAFEPE teve que ser totalmente reformulado. Foi exigido a aquisição de um novo sistema com osmoses reversa e não mais filtros de carvão ativado, o que foi feito ainda em 2013. Hoje o LAFEPE tem o mais moderno e completo sistema de geração de PV entre os laboratórios públicos e privados do país. Tal ação foi preponderante na consolidação do plano de ação determinado pela Anvisa na busca para a obtenção da CBPF.

Da mesma forma, foram adquiridos equipamentos de última geração para a modernização do parque fabril, onde a perspectiva de ampliação da capacidade produtiva sempre foi o principal objetivo, neste vértice, tem-se como exemplo a substituição de todas as emblistadoras da fábrica de sólidos, investimento que coloca a planta fabril em sintonia com o que há de mais moderno no mundo no tocante a emblistamento.

É importante ressaltar que todos os investimentos foram feitos com recursos provenientes de receita própria, sem a necessidade de aporte do tesouro estadual.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (EM REAIS)									
	Reserva de Capital			Reserva de lucros					
	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Reavaliação	Retenção de Lucros	Reserva de Subvenção	Reserva Legal	Reserva de Conting.	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>33.600.000</b>	<b>15.384.444</b>	<b>2.773.079</b>	<b>64.661.002</b>	<b>1.169.906</b>	<b>3.848.365</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>121.436.795</b>
Aumento de Capital Social	23.336.155			(23.336.155)					0
Constituição de Reserva de Contingência				(23.336.156)			23.336.156		0
Realização da Reserva de Contingência							(20.553.151)		(20.553.151)
Realização da Reserva de Reavaliação			(80.107)	80.107					0
Tributos incidentes s/ Reserva de Reavaliação			27.236						27.236
Ajustes de exercícios anteriores				(7.966.477)					(7.966.477)
Reversão de Reserva de Subvenção					1.169.906	(1.169.906)			0
Provisão SIDE 2012				(963.367)					(963.367)
Lucro Líquido do exercício								23.059.157	23.059.157
<b>Destinação do Resultado</b>									
Reserva Legal						1.152.958		(1.152.958)	0
Dividendos								(669.403)	(669.403)
SIDE									
Lucro a disposição da Assembleia				21.236.796				(21.236.796)	0
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>56.936.155</b>	<b>15.384.444</b>	<b>2.720.208</b>	<b>31.545.657</b>	<b>0</b>	<b>5.001.323</b>	<b>2.783.004</b>	<b>0</b>	<b>114.370.790</b>
Aumento de Capital Social									0
Constituição de Reserva de Contingência							1.251.817		1.251.817
Realização da Reserva de Contingência							(451.270)		(451.270)
Realização da Reserva de Reavaliação			(80.107)	80.107					0
Tributos incidentes s/ Reserva de Reavaliação			19.226						19.226
Ajustes de exercícios anteriores				(47.586)					(47.586)
Reversão de Reserva de Subvenção									0
Provisão SIDE 2013				(1.061.840)					(1.061.840)
Lucro Líquido do exercício								13.101.810	13.101.810
<b>Destinação do Resultado</b>									
Reserva Legal						655.090		(655.090)	0
Dividendos								(631.077)	(631.077)
SIDE									
Retenção de Subv. Benefício redução 75% IRPJ 2014					1.080.643			(1.080.643)	0
Retenção de Subv. Benefício redução 75% IRPJ 2013					1.890.422				1.890.422
Lucro a disposição da Assembleia				10.734.999				(10.734.999)	0
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>56.936.155</b>	<b>15.384.444</b>	<b>2.659.327</b>	<b>41.251.337</b>	<b>2.971.065</b>	<b>5.656.413</b>	<b>3.583.551</b>	<b>0</b>	<b>128.442.299</b>





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO · SECRETARIA DE SAÚDE  
LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A – LAFEPE  
CNPJ Nº 10.877.926/0001-13 · email: lafepe@lafepe.pe.gov.br



Governo de Pernambuco

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA) PERÍODO: 01.01.2014 a 31.12.2014 E 2013 (em reais)			
	2014	2013	
<b>1- Receitas</b>	<b>321.916.718</b>	<b>472.387.638</b>	
1.1 Vendas de mercadorias	334.965.208	487.293.580	
1.2 Outras Receitas	587.970	70.055	
1.3 Provisão para crédito de liquidação duvidosa-Reversão/Constituição	(1.781.198)	(2.756.895)	
1.4 Devoluções e descontos concedidos	(11.855.262)	(12.219.101)	
<b>2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS, COFINS)</b>	<b>(272.013.657)</b>	<b>(412.445.633)</b>	
2.1 Custo dos produtos vendidos	(264.049.218)	(389.675.632)	
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.964.439)	(22.770.001)	
<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>49.903.061</b>	<b>59.942.006</b>	
<b>4 - Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>(2.274.800)</b>	<b>(2.049.447)</b>	
<b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela entidade (3-4)</b>	<b>47.628.261</b>	<b>57.892.559</b>	
<b>6 - Valor Adicionado recebido em transferência</b>	<b>10.603.363</b>	<b>4.934.530</b>	
6.1 Receitas Financeiras	9.522.720	4.934.530	
6.2 Receita de Subvenção (Redução 75% IRPJ)	1.080.643		
<b>7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)</b>	<b>58.231.625</b>	<b>62.827.090</b>	
<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>58.231.625</b>	<b>62.827.090</b>	
<b>8.1 Pessoal</b>	<b>20.751.766</b>	<b>16.248.899</b>	
8.1.1 Remuneração Direta	16.692.235	12.566.074	
8.1.2 Benefícios	2.802.323	2.581.477	
8.1.3 FGTS	1.257.208	1.101.348	
<b>8.2 Impostos, taxas e Contribuições</b>	<b>21.960.421</b>	<b>22.157.844</b>	
8.2.1 Federais	17.563.355	19.061.698	
8.2.2 Estaduais	4.378.072	3.079.814	
8.2.3 Municipais	18.994	16.331	
<b>8.3 Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>2.417.628</b>	<b>1.361.189</b>	
8.3.1 Juros	2.002.746	901.473	
8.3.2 Aluguéis	414.881	459.717	
<b>8.4 Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>13.101.810</b>	<b>23.059.157</b>	
8.4.1 Dividendos	631.077	669.403	
8.4.2 Lucros Retidos	12.470.733	22.389.754	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2014 E 2013

1. CONTEXTO OPERACIONAL  
O LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A – LAFEPE, inscrito no CNPJ 10.877.926/0001-13 é uma sociedade por ações em regime de economia mista, constituída através da Lei Estadual nº 1.180 de 04 de Janeiro de 1966. São objetivos sociais da companhia a industrialização, comércio, representação, importação, exportação e distribuição de produtos químicos, farmacêuticos, complementos alimentares, veterinários e correlatos, hemoderivados, armações e lentes para óculos, produtos de higiene pessoal e limpeza hospitalar e odontológica, bem como a realização de pesquisas técnicas e científicas destinada ao contínuo desenvolvimento de suas atividades industriais.

Cabe a Assembleia Geral dos Acionistas deliberar sobre as demonstrações financeiras e sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Conforme estabelecido no estatuto social, artigo nº 35, o exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O LAFEPE possuía no exercício social de 2011 ativo igual a R\$ 253.862.522 (duzentos e cinquenta e três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e dois reais) e faturamento bruto no montante de R\$ 208.750.582 (duzentos e oito milhões, setecentos e cinquenta mil, quinhentos e oitenta e dois reais). Segundo a Lei 11.638/07, parágrafo único do artigo 3º: "Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)". Assim, considerando o total do ativo do LAFEPE no exercício de 2011, existe a partir de 2012 um enquadramento societário desta instituição como sociedade de grande porte, devendo-se as práticas contábeis ser guiadas pelas Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) em sua versão completa (*full IFRS*).

Portanto, as demonstrações contábeis do exercício seguem as disposições da Lei Societária- Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07, Lei 11.941/09 e demais práticas de contabilidade aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo aquelas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto quanto ao CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

b) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para os processos cíveis e trabalhistas, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dessas premissas, em decorrência da imprecisão do processo de sua determinação.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar e outros recebíveis, assim como valores a pagar a fornecedores e outras dívidas relacionadas com a entrega de caixa ou de outros ativos financeiros para outra entidade. Instrumentos financeiros estão reconhecidos inicialmente pelo valor nominal. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo acrescido de eventuais rendimentos ou encargos e reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido dos mesmos é reportado ao balanço patrimonial nos casos em que há um direito legal de compensar seus valores e há uma intenção de liquidá-los pelos seus valores líquidos,

ou há uma intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.  
**d) Caixa e equivalentes de caixa**  
Compreende os caixas da matriz e das filiais (farmácias LAFEPE), bancos com liquidez imediata e aplicações financeiras sem risco de mudança de valor de mercado. Portanto, esse grupo está evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), elaborada pelo método indireto.

e) Contas a receber

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e não considera multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos.

f) Provisão para perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa

Constituída por montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. O critério do exercício é uniforme com o

do exercício anterior, sendo considerados todos os títulos em aberto vencidos há mais de quatro anos, com exceção do cliente Fundo Estadual de Saúde (FES) em razão de acordo entre as duas instituições, que garantem o pagamento ao LAFEPE.

g) Estoques

Os insumos, materiais de consumo, produtos terceirizados e mercadorias para revenda são avaliados e registrados pelo custo médio de aquisição. Já os produtos acabados e em elaboração são avaliados e registrados nos estoques pelo custo médio de produção. O critério adotado na apuração dos custos de produção é o custeio por absorção.

h) Tributos e contribuições a recuperar

Os tributos e contribuições a recuperar decorrem principalmente de IRRF, CSLL, PIS, COFINS, IPI, retidos por órgãos públicos ou pagos por antecipação e que estão apresentados por seu valor nominal.

i) Depósitos judiciais

Apresentados pelos valores originais dos depósitos sem contemplar juros ou atualizações monetárias.

j) Investimentos

Avaliados ao custo de aquisição que não excedem ao valor de realização.

k) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais descritas na Nota Explicativa nº 11.

l) Fornecedores

Demonstrados ao valor original da transação, não contemplando atualização da dívida.

m) Obrigações sociais e tributárias

Representado por dívidas tributárias na esfera federal, estadual e municipal e por folha de pagamento com os respectivos encargos sociais.

n) Provisão para imposto de renda e contribuição social

O LAFEPE adota, por opção legal, o regime de "lucro real" para a apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, e efetua cálculo e recolhimento mensal por estimativa em conformidade com a legislação vigente. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde ao lucro contábil, ajustado por despesas não dedutíveis e receitas não tributáveis determinadas de acordo com a legislação fiscal.

o) Adiantamento de clientes e Convênios

Representado por recebimentos antecipados, principalmente quando da negociação de convênios, cujo produto objeto da negociação ainda não foi fabricado ou entregue ao cliente.

p) Provisão para Processos Cíveis e Trabalhistas

Está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, suportados por documento jurídico interno e externo, dos fatos conhecidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que será exigido do LAFEPE a transferência de benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e uma estimativa razoável e confiável do valor possa ser feita. Esta prática é coerente com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Estes processos não contemplam a atualização da dívida.

q) Subvenção para investimentos

As subvenções econômicas para investimento são registradas no passivo da Empresa pelos valores liberados pelo Governo Federal. O reconhecimento da subvenção nas receitas do exercício ocorre no momento do reconhecimento da despesa correspondente. O reconhecimento em receita das subvenções relacionadas à aquisição de ativo imobilizado ocorrerá de forma linear e sistemática no mesmo valor e no mesmo momento do reconhecimento da despesa de depreciação desse bem no resultado. Não houve o reconhecimento de receita de subvenção durante o período, em virtude dos bens não estarem em operação, nem em condições pretendidas pela administração. Este procedimento está coerente com o preconizado no CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais.

r) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros, quando aplicáveis, até a data do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2014	2013
Caixa	61.803	68.459
Depósitos bancários	108.465	1.930.885
Títulos vinculados ao mercado aberto	43.856.414	34.427.645
	<b>44.026.682</b>	<b>36.426.989</b>

5. CONTAS A RECEBER

	2014	2013
Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco	6.538.198	15.532.768
Convênios Ministério da Saúde	607.966.415	915.858.310
Outras	11.653.368	11.974.628
Venda para entrega futura	(a) (2.646.200)	(2.695.521)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(b) (14.609.698)	(12.828.500)
Adiantamento de Clientes	(c) (356.257.473)	(500.862.404)
	<b>252.644.610</b>	<b>426.979.281</b>

a) Refere-se ao faturamento para futuro fornecimento por parte do LAFEPE ao Ministério da Saúde e ao Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco, registrados no contas a receber da Companhia, cuja produção ainda não foi iniciada ou está em processo de elaboração, e cujo recebimento do recurso ainda não foi concretizado até 31 de dezembro de 2014.

b) O LAFEPE considerou como critério valores em aberto que não foram emitidas contra o Governo do Estado de Pernambuco com vencimento anterior ou igual ao ano de 2010, tempo estabelecido por considerar mudanças na gestão de instituições públicas. Como resultado da aplicação do critério, foi registrado no resultado do exercício um complemento de provisão no valor de R\$ 1.781.197,75.

O critério de créditos em aberto há mais de quatro anos é uniforme com o período anterior, sendo este considerado razoável para refletir a realidade de risco de não recebimento desses ativos.

c) Conta representativa de duas situações: valores recebidos antecipadamente sem a entrega correspondente do produto, caracterizando de fato um adiantamento e que estão apresentados no passivo circulante; e valores recebidos antecipadamente cuja entrega do produto já foi efetuada ocorrendo o devido faturamento, porém a baixa do adiantamento contra as contas a receber não foi realizada pela dificuldade encontrada no setor financeiro de correlacionar o montante dos pagamentos com as devidas notas fiscais emitidas, pelo fato do cliente, até a data do levantamento das demonstrações contábeis, não ter identificado as faturas que deveriam ser baixadas com os valores pagos. Por essa razão, decidiu-se evidenciar esta conta como redutora de clientes.

6. OUTROS CRÉDITOS

Refere-se a valores adiantados e que serão compensados no curto prazo. Este grupo está composto pelas seguintes contas:

	2014	2013
Créditos com Funcionários	433.131	25.902
Créditos com Fornecedores	910.359	429.592
Adiantamentos diversos	9.903	8.836
Créditos Tributários exercícios anteriores (a)	4.868.008	5.635.525
Crédito tributário de atividade incentivada (b)	2.971.065	-
Créditos com terceiros	(c) 340.340	450.906
	<b>9.532.806</b>	<b>6.550.761</b>

a) Corresponde a tributos federais que não excederam o prazo prescricional, apresentando, portanto, condições de recuperabilidade.

b) Trata-se de crédito tributário de redução de 75% do IRPJ sobre atividade incentivada referente aos exercícios de 2013 (R\$ 1.890.422) e 2014 (R\$ 1.080.643), e cuja descrição mais detalhada encontra-se na Nota Explicativa nº 17.b.1.

c) Valores referentes a pagamento de obrigações da terceirizada Sempre Serv, os quais deverão ser compensados com as notas fiscais da referida empresa, reconhecidas no passivo, por conta do encerramento do contrato.

7. ESTOQUES

	2014	2013
Produtos acabados	11.060.294	5.167.666
Produtos em elaboração	991.949	685.090
Matérias-primas e embalagens	7.235.369	6.582.558
Materiais de consumo	1.226.394	1.110.329
Insumos em poder de terceiros	1.136.440	1.065.089
Produtos prontos terceirizados	2.999.245	3.005.241
Mercadorias para revenda	1.951.774	1.834.660
	<b>26.601.465</b>	<b>19.450.633</b>

Os gastos da entidade são divididos entre quatro grupos genéricos: Produção, Auxiliares, de Apoio e Administrativos; dentro desses grupos ainda há uma subdivisão em departamentos: Sólidos, Líquidos, Informática, Água, Energia, Refeitório, Serviços Gerais, Comercial, dentre outros. Inicialmente, os departamentos classificados como Custo de Apoio são rateados, conforme critérios de rateio pré-estabelecidos, entre os departamentos dos demais grupos de custo. Após isso, os departamentos integrantes do grupo de Custos Auxiliares são rateados entre os departamentos dos Centros de Custos Produtivos e os Centros de Custos Administrativos.

De posse dos custos dos departamentos Produtivos, o próximo passo é a apropriação dos custos de cada Setor Produtivo aos seus respectivos produtos, que é feita por método de absorção, tendo como critério o tempo que cada milheiro de produto demanda de mão de obra direta.

Aderente às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) referente aos estoques, no Brasil formalizada pelo CPC 16 (R1), o LAFEPE realiza inventário periódico de seus estoques os conciliando com a posição contábil. Decorrente do trabalho de gestão de custos realizado durante o exercício, os ajuste de conciliação entre o inventário e a posição contábil resultaram em 5,58% do valor total dos estoques, o que demonstra um esforço contínuo no seu controle físico e contábil. Para melhor evidênciação da informação contábil, os estoques das filiais, (FARMÁCIAS LAFEPE), foram segregados no plano de contas da companhia com o objetivo de se obter controle individual e facilidade de comparação entre o inventário físico e a posição contábil.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2014	2013
CSLL a compensar	1.410	1.410
COFINS retidos por órgãos públicos federais	0	247.292
PASEP retidos por órgãos públicos federais	0	83.819
Imposto de renda retido na fonte	0	6.350
ICMS a compensar	1.002.532	355.899
IPI importação a compensar	90.393	133.685
Outros	54.548	49.374
PIS/COFINS créditos não-cumulativos	15.260	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.164.143</b>	<b>877.829</b>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2014	2013
Depósitos judiciais	<b>3.089.098</b>	<b>2.950.822</b>

Valores respaldados pelo jurídico e desembolsados pelo LAFEPE a espera do desfecho dos processos. Na ocorrência de

desfecho favorável, serão revertidos para as disponibilidades da instituição e quando desfavorável os valores serão reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrer a decisão ou acordo judicial.

10. FATURAMENTO ANTECIPADO A RECEBER

Fornecimento realizado por conta de convênio com o Ministério da Saúde, cujo recebimento não se concretizou devido à falta de regularização de formalização legal com relação ao contrato de convênio. Devido à incerteza do recebimento do referido crédito foi constituída uma provisão de perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa de igual valor.

11. IMOBILIZADO

	2014		2013		
	Taxa de Deprec.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.373.224	-	2.373.224	2.373.224
Prédios e benfeitorias	4%	24.118.243	(11.922.011)	12.196.232	12.783.703
Móveis, utensílios e instalações	10%	3.595.564	(2.618.749)	976.815	1.049.904
Veículos	20 e 25%	1.219.342	(1.283.242)	(63.900)	(22.968)
Máquinas, equipam. e instalações		-	37.304.684	(24.633.435)	12.671.249
Equipamentos de informática	30%	2.286.788	(1.994.812)	291.977	228.439
Biblioteca		1.004	(146)	858	858
		70.898.850	(42.452.395)	28.446.455	25.594.984

Imobilizado em Poder de Terceiros	(268.610)	(268.610)	(310.800)
Obras em andamento	18.042.607	18.042.607	13.947.578
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>88.672.847</b>	<b>(42.452.395)</b>	<b>46.220.452</b>

O LAFEPE ainda não está aderente ao CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Esse pronunciamento exige que os ativos sejam testados quanto a sua recuperabilidade, e caso o valor contábil exceda o valor recuperável uma perda por desvalorização deve ser reconhecida integralmente no exercício. Em 2015 um trabalho específico de levantamento e identificação do valor recuperável será iniciado, conforme exigências das normas internacionais de contabilidade, especificamente os pronunciamentos do CPC número 27 – Ativo Imobilizado; CPC 28 – Propriedade para Investimento e CPC 31- Ativo não Circulante mantido para venda e operação descontinuada. Objetivando neutralizar o impacto tributário deste procedimento foram criadas subcontas vinculadas ao imobilizado no plano de contas da companhia, conforme preconiza a Lei 12.973/2014, para evidênciação da perda ou ganho com o ajuste destes ativos, quando da descoberta do fato. Os bens pertencentes ao ativo imobilizado não foram inventariados.

12. FORNECEDORES

	2014	2013
Fornecedores nacionais	55.716.870	203.197.966
Fornecedores estrangeiros	253.821	253.821
Fornecedores consignados	219.428	219.428
	<b>56.190.119</b>	<b>203.671.215</b>

Composto principalmente por aquisição de insumos destinados a produção de medicamentos e por aquisição de produtos terceirizados destinados diretamente às vendas, especificamente do fornecedor Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos LTDA cujo montante, em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 41.013.425,62 (R\$ 191.809.448 em 31/12/2013). Em decorrência de ação penal movida contra seu fornecedor e obedecendo a determinação judicial e do Ministério Público Federal, o LAFEPE suspendeu os pagamentos de fornecedor de matérias-primas relativas às aquisições realizadas entre os meses de setembro de 2005 e abril de 2007, e cujo montante aproximado é de R\$ 3.700.000 registrado em fornecedores pelo seu valor nominal de aquisição. Ao final da ação penal poderá ocorrer ajuste positivo ou negativo do saldo a pagar. A ocorrência desse ajuste trará reflexo nas contas de patrimônio líquido.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	2014		2013	
	Não Circulante		Não Circulante	
Parcelamento Lei 11.941 e 12.966(a)	1.826.319	8.421.761	1.678.719	9.511.189
ICMS	96.455	-	167.058	-
PIS	4.090	-	6.251	-
COFINS	17.754	-	26.235	-
IRPJ diferido sobre reavaliação	143.372	-	155.388	-
CSLL diferida sobre reavaliação	57.370	-	64.580	-
INSS	757.340	-	1.866.191	-
FGTS	136.699	-	115.597	-
Outras obrigações	179.161	-	161.873	-
Imposto de Renda	947.160	-	3.307.234	-
CSLL	555.291	-	1.775.825	-
	4.721.611	8.421.761	9.324.951	9.511.189

a) Parcelamento da Lei 11.941/09

No dia 13/07/2011, o LAFEPE atendeu a todos os requisitos para consolidar todos os seus débitos no parcelamento estabelecido pela Lei 11.941/09 referentes a débitos fiscais e previdenciários. O prazo máximo de duração total para pagamento das parcelas é de 160 meses e a Lei 11.941/09 exige que todos os parcelamentos sejam quitados tempestivamente, sob pena de exclusão do programa de parcelamento.

Com a adesão ao parcelamento da Lei 11.941/2009 o LAFEPE foi beneficiado pela redução dos juros e multa, conforme preconiza a Lei, no montante de R\$ 3.848.717 e que foi reconhecida no resultado do exercício de 2011. Os valores apresentados no passivo circulante e não circulante estão devidamente conciliados com o extrato da Receita Federal do Brasil e os pagamentos estão ocorrendo de forma regular.

14. PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL

	2014	2013
Provisão para IRPJ	-	363.145
Provisão para CSLL	-	-
	0	363.145





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO · SECRETARIA DE SAÚDE  
LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A – LAFEPE  
CNPJ Nº 10.877.926/0001-13 · email: lafepe@lafepe.pe.gov.br



montante total a ser compensado da CSSL de R\$ 1.738.092,91 já contempla a estimativa referente ao mês de dezembro de 2014.

**15. DIVIDENDOS**  
O LAFEPE adota uma política de distribuição de dividendos de 6% sobre o lucro líquido ajustado (lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal, possíveis ajustes de exercícios anteriores, deduzido ou adicionado da constituição ou realização da reserva de contingência), conforme estabelecido no estatuto social no art. 36. No exercício de 2014, o LAFEPE reconheceu um ajuste de exercício anterior cujo saldo é devedor no valor de R\$ 47.586, relacionado, em sua maioria a uma retificação na folha de pagamento de dezembro de 2013. No exercício de 2014 foi aprovada pela assembleia geral a reversão do saldo do SIDE de exercícios anteriores para a reserva de contingência, com a finalidade de absorver impactos decorrentes da conciliação dos estoques com o inventário realizado e de ajustes prováveis no imobilizado, no montante de R\$ 1.251.817. Nesse mesmo exercício, a reserva de contingência foi utilizada, absorvendo os ajustes decorrentes da conciliação de estoques de material de embalagem, cujo saldo foi o único não conciliado com o inventário em 2013. A Lei nº. 6.404/76, no artigo 202, determina que a constituição e a reversão da reserva de contingência influencia na base de cálculo dos dividendos obrigatórios. Para fins de utilização do benefício tributário gerado com a redução de 75% do IRPJ foi constituída a reserva de subvenção, de acordo com os requisitos do CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamental. Esta reserva relaciona-se ao benefício auferido no exercício de 2014 sendo reconhecida no resultado e automaticamente retida como reserva de lucros para não influenciar os dividendos dos acionistas e nem a base de cálculo tributada. Assim, a mutação da conta de dividendos e seu cálculo ocorreram conforme apresentado a seguir:

	2014
Saldo inicial em 31.12.2013	6.516.130
Pagamento de dividendos em 2013	0
Cálculo dos Dividendos do Exercício	
Lucro Líquido	13.101.810
(-) Ajuste de exercício anterior	(47.586)
(-) Reserva Legal	(655.090)
(-) Constituição da Reserva de Contingência	(1.251.817)
(+) Realização da Reserva de Contingência	451.270
(-) Subvenção Redução 75% IRPJ	(1.080.643)
Base de Cálculo dos Dividendos	10.517.943
Dividendos 6% em 2014	631.077
Saldo final em 31.12.2014	7.147.206

**16. PROCESSOS CÍVEIS E TRABALHISTAS**  
O pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Portanto, seguindo as diretrizes desse pronunciamento, o LAFEPE, através do seu corpo jurídico, estabelece estimativas em relação aos desfechos dos processos, classificando-os como prováveis, possíveis e remotos. As estimativas prováveis devem ser reconhecidas como passivos e assim estão reconhecidas. As possíveis não são registradas, mas devem ser evidenciadas em notas explicativas. Portanto, o montante total de estimativas consideradas possíveis em relação aos processos trabalhistas é de R\$ 3.536.466 (R\$ 2.611.415 em 2013), sendo o principal reclamante o Ministério Público do Trabalho no montante de R\$1.000.000. Em relação aos processos cíveis, o montante total estimado classificado como possível, é de R\$ 24.220.470 (R\$25.192.031 em 2013), sendo os maiores reclamantes Aurobindo Pharma Ind. (R\$ 7.440.713), Fazenda Nacional (R\$ 6.840.984) e TCI FILE Tecnologia (R\$ 5.983.963).

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**a) Capital Social**  
O Capital Social da companhia permaneceu em R\$ 56.936.155 (cinquenta e seis milhões novecentos e trinta e seis mil e cento e cinquenta e cinco reais) dividido em 92.246.633 ações ordinárias e 3.087.395 ações preferenciais, sem direito a voto, conforme artigo 6º do estatuto social. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas terão prioridade na fruição de dividendos não cumulativos e no reembolso do capital sem prêmio. As ações não possuem valor nominal. O LAFEPE possui um capital autorizado no montante de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais) podendo aumentar seu capital social até esse limite independentemente de reforma estatutária. O Estado de Pernambuco possui 95,9% das ações da Companhia.  
**b) Reservas de Lucros**  
As reservas de lucros são representadas pela reserva legal, reserva de contingência e retenção de lucros (lucros à disposição da Assembleia). A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, podendo ser utilizada somente para compensar prejuízos ou aumentar o capital, não podendo ultrapassar 20% do capital social, sendo calculada em 5% do lucro líquido do exercício (art. 193 da Lei 6.404/76). Como o capital social do LAFEPE é de R\$ 56.936.155, o limite máximo obrigatório estabelecido é de R\$ 11.387.231. Assim, antes de qualquer destinação do lucro líquido, foi constituída a reserva legal perfazendo um valor de R\$ 600.396,15.

**b.1) Reserva de Subvenção:** No dia 29 de abril de 2014, foi publicado no Diário Oficial da União o deferimento em relação ao pedido do LAFEPE de reconhecimento do direito à redução de 75% do IRPJ sobre a produção de medicamentos sólidos e líquidos com início de fruição em 1º de janeiro de 2009 e término em 31 de dezembro de 2015. Acompanhando a nota técnica emitida pela área especializada do LAFEPE, o valor do benefício referente aos exercícios de 2009 e 2010 não será ativado em função da imprecisão das classificações contábeis, alvo de ressalvas nos relatórios da auditoria independente naqueles exercícios. Tais classificações são necessárias para o cálculo do lucro da exploração, portanto, compreendeu-se que este crédito não gera um ativo em função da falta de confiabilidade dos valores que embasam a recuperabilidade deste direito. Referente ao exercício de 2011 houve um crédito a compensar no montante de R\$ 449.083,36, o qual em função de sua não representatividade será reconhecido no início do exercício de 2015. O cálculo do lucro da exploração do exercício de 2012 resultou em prejuízo, não havendo crédito a ser demandado. O benefício referente ao exercício de 2013 foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido para não influenciar o resultado de 2014; enquanto que o benefício de 2014 encontra-se refletido no resultado deste exercício e retido nesta reserva. Esses valores encontram-se descritos abaixo:

EVENTOS	2014
Retenção de Subv. Benefício redução 75% IRPJ 2014	1.080.643
Retenção de Subv. Benefício redução 75% IRPJ 2013	1.890.422
<b>SALDO RESERVA DE SUBVENÇÃO</b>	<b>2.971.065</b>
<b>b.2) Reserva de Retenção de Lucros:</b> Valores referentes aos lucros à disposição da Assembleia composto principalmente pelas seguintes movimentações:	
EVENTOS	2014
Saldo Inicial	31.545.657
Realização da Reserva de Reavaliação	80.108
Ajustes de exercícios anteriores	(47.586)
Participação dos Empregados – SIDE 2013	(1.061.840)
Lucro líquido do exercício após Reserva Legal e Dividendos	10.734.999
<b>Total do Lucro à Disposição da Assembleia</b>	<b>41.251.337</b>

	2014	2013
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Mercado Nacional	334.888.669	486.334.676
Exportação	58.937	926.908
Outras receitas	17.601	31.995
	334.965.207	487.293.579
(-) Deduções da Receita Bruta	(20.841.690)	(22.909.911)
<b>Receita Líquida</b>	<b>314.123.517</b>	<b>464.383.668</b>

	2014	2013
<b>19. CUSTOS DAS VENDAS</b>		
Indústria	20.223.660	22.216.530
Custo das Mercadorias Revendidas – Matriz	1.703.022	6.113.797
Custo das Mercadorias Revendidas – Filiais	3.274.210	3.390.699
Custo dos Produtos Terceirizados	249.308.774	380.725.528
	<b>274.509.666</b>	<b>412.446.554</b>

	2014	2013
<b>20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		
Despesas com Pessoal e Serviços	13.435.410	10.129.658
Despesas Gerais	4.930.481	2.768.755
Despesas com Materiais	1.894.215	1.573.644
Despesas Transferidas	(6.607.951)	(6.911.340)
	<b>13.652.155</b>	<b>7.560.727</b>

	2014	2013
<b>21. DESPESAS COMERCIAIS</b>		
Despesas com Pessoal	5.008.515	3.970.460
Despesas Gerais	4.173.865	4.450.362
Despesas com Materiais	1.346.201	1.223.084
	<b>10.528.581</b>	<b>9.643.906</b>

	2014	2013
<b>22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>		
Despesas Financeiras		
Juros Recebíveis	32.705	29.250
Descontos Concedidos	3.512	(344)
Juros SELIC	1.117.555	68.453
IOF s/ Rendimento Financeiro	76.362	121.980
Juros s/ Duplicatas e encargos s/ cartão crédito	505	-
Outros	89	-
Juros SELIC Indedutíveis	772.018	682.133
	<b>2.002.746</b>	<b>901.472</b>

Receitas Financeiras		
Juros Recebidos	11.782	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	9.101.229	4.565.117
Descontos Obtidos	20.622	40.983
Rendimentos de Poupança	0	10.515
Multas recebidas de duplicatas	0	560
Variações Monetárias	389.087	317.356
	<b>9.522.720</b>	<b>4.934.531</b>
	<b>7.519.974</b>	<b>4.033.059</b>

**23. COBERTURA DE SEGUROS**  
O LAFEPE mantém seguros contratados julgados suficientes pela administração para cobrir os riscos ao seu patrimônio.  
**Diretoria**  
DENISE SCALZO - Diretora Presidente  
PEDRO ROBERTO PONTUAL DE CARVALHO JÚNIOR - Diretor Administrativo Financeiro  
OSÉAS MORAES DA SILVA FILHO - Diretor Comercial

LEDUAR GUEDES DE LIMA - Diretor Técnico Industrial  
**Contador - MANOEL DE LIMA BARBOSA CRC/PE: 017596/O-4**  
**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Capital Autorizado: R\$ 100.000.000,00  
Capital Subscrito: R\$ 56.936.155,00  
Nós, Atuais Membros do Conselho Fiscal do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A - LAFEPE, examinando o balanço patrimonial e as demonstrações dos resultados do exercício social, encerramos em 31 de dezembro de 2014, com as respectivas Demonstrações Financeiras, submetidas a prévio exame da REFERENCIAL AUDITORES E CONSULTORES S/S, com base no parecer daqueles Auditores Independente e ainda dando cumprimento às exigências legais de deliberação sobre o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, opinamos pela sua aprovação. Recife/PE, 19 de janeiro de 2015.  
RUBENS RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR - Presidente da Reunião e Presidente do Conselho Fiscal do LAFEPE  
CARLOS FERNANDO ASFORA - Secretário da Reunião e Membro do Conselho Fiscal do LAFEPE

**CONSELHEIROS 2014**  
**Conselho de Administração**  
JOSÉ IRAN COSTA JUNIOR - Presidente  
**Membros:** DIVA GONÇALVES; JARBAS PAULO BARBOSA DE ALBUQUERQUE; RENATABELO LIRAGOMES  
**Conselho Fiscal**  
**Titulares:** RUBENS RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR - Presidente  
**Membros:** CARLOS FERNANDO ASFORA; JOSÉ DE ARIMATEA ROCHA FILHO  
**Suplentes:** PAULO AUTO FAEIRSTEIN; ANTÔNIO VIEIRA DA ROCHA FILHO; FÁBIO ROGÉRIO LINS LEIMIG

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Aos Administradores e Acionistas do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S.A- LAFEPE Recife – PE  
Examinamos as demonstrações financeiras do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S.A- LAFEPE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**  
A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião modificada.

**Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**  
a) O Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S.A - LAFEPE está em processo de adequação às Normas Internacionais em virtude da complexidade dos procedimentos a serem observados. Como consequência, quando da realização e conclusão dessa adequação, ajustes poderão ser gerados nas demonstrações financeiras em valores que não é possível no momento quantificar.  
b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 o LAFEPE ainda não está aderente ao CPC 01(R1), que versa sobre a Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Essa CPC exige que os ativos sejam testados quanto a sua recuperabilidade, e caso o valor contábil exceda o valor recuperável uma perda por desvalorização deve ser reconhecida integralmente no exercício. Consequentemente

ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais reconhecimentos de perda na realização dos fluxos de caixa destes ativos.  
c) Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 os bens pertencentes ao ativo imobilizado não foram inventariados. Como consequência, não tivemos condições de opinar satisfatoriamente sobre o saldo do ativo imobilizado e sua depreciação, bem como o reflexo dessa no resultado do exercício.

**Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**  
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, essas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S.A. – LAFEPE em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase – Suspensão de pagamento de fornecedores**  
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12 a empresa, em obediência às orientações contidas em ofício do Ministério Público Federal datado de 04 de novembro de 2006, suspendeu pagamentos de fornecedor de matéria-prima no montante aproximado de R\$ 3.700 mil a valores originais, relativos às aquisições ocorridas no período compreendido entre os meses de setembro de 2005 a abril de 2007, tendo em vista processo de ação penal movido contra o referido fornecedor. Quando do encerramento do referido processo poderão ocorrer ajustes, para mais ou para menos, nos saldos a pagar e, como consequência, nas contas de resultado.

**Ênfase – Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica**  
Conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.b.1 em 19/04/2014 a RFB-Receita Federal do Brasil deferiu o direito ao benefício fiscal sobre o lucro da exploração do LAFEPE que prevê o direito à redução de 75% do IRPJ, e adicionais não restituíveis, sobre a produção de medicamentos sólidos e líquidos, com início de fruição em 01/01/2009 e término em 31/12/2015. Neste exercício o LAFEPE reconheceu o benefício fiscal calculado sobre o exercício de 2014 e 2013 nos respectivos valores de R\$ 1.080.643 e R\$ 1.890.422, registrando a receita de 2014 no resultado do exercício e posteriormente revertendo-o para Reserva de Subvenção (pertencente a Reserva de Lucros), enquanto o registro do benefício relativo ao exercício de 2013 ocorreu diretamente na Reserva de Subvenção. O benefício relativo ao exercício de 2011 no valor de R\$ 449.083 será reconhecido no exercício de 2015, enquanto em 2012 não foi apurado crédito a ser reconhecido. A nota técnica emitida pela área técnica da Companhia concluiu que o crédito tributário relativo aos exercícios de 2009 e 2010 não constitui um ativo recuperável em função da falta de confiabilidade dos registros contábeis que embasaram seu cálculo, e que foram objeto de ressalvas nos relatórios dos auditores independentes naqueles exercícios, e em função disso esse crédito não foi reconhecido contabilmente.

**Outros assuntos**  
**Demonstração do valor adicionado (DVA)**  
Examinamos, ainda, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas e pelas IFRS, sendo apresentada pela Companhia como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício anterior.**  
As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e cujo Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, emitido em 28 de fevereiro de 2014, contém ressalvas quanto aos fatos mencionados nas letras (a), (b) e (c) do parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras acima, bem como nos controles existentes no sistema de apuração dos estoques e custo dos produtos utilizados pela empresa que indicavam, para o primeiro semestre de 2013, a necessidade de ajustes no processo de informação que alimentava o sistema, para permitir os ajustes contábeis necessários, o que impediu uma apreciação integral e adequada sobre os valores consignados nas rubricas relativas ao custo dos produtos vendidos, estoques e contas reflexas, razão pela qual, deixamos de emitir opinião sobre as mesmas; e com ênfase quanto a Realização da reserva para contingência constituída em janeiro de 2013, quanto ao pedido de redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica que não havia sido deferida pela RFB-Receita Federal do Brasil e quanto a suspensão de pagamento a fornecedor de matéria-prima. Recife, 08 de janeiro de 2015  
Referencial Auditores e Consultores S/S.  
Marcos José Campos de Alcantara, Contador CRC-PE Nº 011.703-O. Ulisses Rodrigues Peixoto. Contador CRC-PE Nº 013.867-O.

O jeito de falar nordestino revela nossa tradição linguística. O que muitos identificam como “fala de matuto” são formas arcaicas encontradas na literatura portuguesa de 300 anos atrás, reinventadas ou preservadas pelo povo. Neste *Dicionário do Nordeste*, que chega revisto e ampliado, Fred Navarro apresenta em minúcias os significados de novas e velhas palavras.